

# Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um *Triângulo* bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX)<sup>1</sup>

*Third District, carne verde (fresh meat) and slaughterhouse:  
a well articulated Triângulo in the first Republican Capital  
(Rio de Janeiro, late 19<sup>th</sup> Century)*

Luciana da Silva Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a articulação política do grupo *Triângulo*, atuante no Terceiro Distrito (Zona Rural) da capital federal da recém implantada República brasileira. Seu domínio e o controle do poder eram garantidos e mantidos através do compromisso e do controle do abastecimento de carne verde (carne fresca) na cidade, sendo legitimado pelas eleições. Este grupo se tornou referência e força política na Zona Rural na cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Política, Conselho Municipal, abastecimento alimentício, Rio de Janeiro (Brasil), século XIX.

**Abstract:** This paper analyzes the political articulation of the *Triângulo* group in the Third District (rural area) of the Federal Capital of the newly established Republic of Brazil. Their domain and control of political power were secured and maintained through the commitment and command of the city supplies of *carne verde* (fresh meat). This group attained legitimacy through elections and became a reference and a political force in the rural area of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Policy, City Council, food supply, Rio de Janeiro (Brazil), 19<sup>th</sup> Century.

Cinco meses após a promulgação da primeira Constituição Republicana, no ano de 1891, formou-se uma comissão na Câmara dos Deputados que tinha a responsabilidade de elaborar o projeto de

---

<sup>1</sup> O artigo é uma síntese da monografia apresentada por mim ao término da graduação. A pesquisa da monografia foi efetuada durante o período em que fui bolsista de Iniciação Científica (IC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); cursando Pós-Graduação Lato Sensu em Trabalho, Tecnologia e Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). E-mail: luciana\_uerj\_ffp@hotmail.com

organização municipal da cidade do Rio de Janeiro, a então Capital Federal da recém implantada República. A elaboração do que viria a ser a Lei Orgânica do Distrito Federal provocou uma “intensa disputa entre as diversas forças e instituições interessadas em manter ou ampliar o seu quinhão de poder na principal cidade do país.”<sup>3</sup> O projeto apresentado pela comissão, que era composta por sete deputados cariocas, propunha que fosse formado o Conselho Municipal, um órgão de caráter legislativo que substituiria o Conselho de Intendência Municipal.

O Conselho de Intendência Municipal havia sido criado provisoriamente através do Decreto n. 50 A, de 7 de dezembro de 1889, sendo também composto por sete membros, todos nomeados pelo chefe do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca, e pelo ministro do Interior, Aristides Lobo. A criação deste Conselho de Intendência Municipal levou a crer, segundo Freire,<sup>4</sup> que o novo regime assentia com as reivindicações dos políticos cariocas de “uma maior liberdade ao poder municipal”.<sup>5</sup> Entretanto, coube ao Ministério do Interior o controle político da capital, fazendo com que as esperanças de autonomia política na Capital Federal fossem frustradas. Esta situação durou até a promulgação da Constituição de 1891 e da Lei n. 85 de 20 de setembro de 1892 (a Lei Orgânica do Distrito Federal).

A proposta da Comissão da Câmara dos Deputados para o Conselho Municipal o colocava encarregado das atribuições político-administrativas da cidade e também de eleger o Prefeito, que seria o chefe do poder executivo na Capital Federal. Mas esta proposição não agradou a muitos parlamentares, entre eles alguns cariocas como Alcindo Guanabara, que sugeriu que o mandatário do Distrito Federal fosse eleito através de voto popular. Encaminhado ao Senado, o projeto foi vigorosamente modificado, pois os senadores buscaram mais a garantia do controle federal sobre as ações do poder executivo na Capital e menos a definição de suas funções administrativas. A principal emenda apresentada era em relação à nomeação do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, que passaria a ser feita pelo Presidente da República, com o aval do Senado. Com o mandato de quatro

---

<sup>3</sup> FREIRE, Américo. Augusto de Vasconcellos – O Dr. Rapadura: um estudo sobre liderança e negociação política na capital federal. In: **Textos CPDOC**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 5-12, 1999. p.6.

<sup>4</sup> FREIRE, Américo. **Uma capital para a República**: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p.45-46.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.45.

anos, entre suas poucas atribuições estava a formulação do projeto de orçamento para a Municipalidade; teria poder de veto sobre os atos aprovados no Conselho Municipal, devendo se manifestar neste sentido até cinco dias após a aprovação das resoluções pelo legislativo local.

A participação do Senado na elaboração da proposta foi justificada sob a alegação de que este órgão representativo da Federação deveria verificar se os vetos do Prefeito não violariam a Constituição, as leis federais e os regulamentos municipais; contudo, o Senado não precisaria de prazo ou sequer *quorum* para avaliar os vetos. Para Freire,<sup>6</sup> a nomeação do Prefeito pelo Presidente da República e a participação do Senado na vida legislativa do município do Rio de Janeiro foram fortes mecanismos federais de controle da política municipal carioca.

A emenda proposta pelo Senado foi vencedora e em seguida o Congresso Nacional, em 20 de setembro de 1892, aprovou a Lei n.85. A Lei Orgânica do Distrito Federal criou dois órgãos: a Prefeitura, representante do Poder Executivo, e o Conselho Municipal, que representaria o Poder Legislativo. A Lei Orgânica determinava que os membros do Conselho Municipal fossem denominados Intendentes e dentre algumas das atribuições estavam: verificar os poderes de seus membros; organizar o serviço de escrituração, arrecadação, guarda e aplicação da receita, assim como da execução e fiscalização de obras; organizar anualmente o orçamento do município; regular a administração, arrendamento, fôro e aluguel dos bens móveis e imóveis municipais; reclamar da União bens que pertencessem ao município; regular a abertura e denominação de ruas, praças, estradas e caminhos e sua polícia, livre trânsito, alinhamento e embelezamento, irrigação, esgotos pluviais, calçamentos e iluminação.

Já entre as atribuições do Prefeito estabelecidas na Lei Orgânica destacavam-se: executar e fazer cumprir todas as deliberações ou ordens do Conselho, quando devidamente promulgadas; intervir nos casos de urgência, convocando logo o Conselho, caso este não estivesse funcionando, para dar-lhe conta do ocorrido; fazer arrecadar as rendas municipais de acordo com o último orçamento aprovado pelo Conselho; ordenar as despesas votadas pelo Conselho e autorizar o pagamento delas pelos cofres municipais; formular proposta de orçamento, a ser apresentada ao Conselho; prorrogar o orçamento em vigor, se até o último dia de dezembro não tivesse sido votado pelo novo Conselho.

O Prefeito poderia suspender a execução de qualquer ato emanado

---

<sup>6</sup> FREIRE. **Uma capital para a República**, op.cit. p.56-65.

do Conselho, opondo-lhe veto, sempre que ele estivesse em desacordo com as leis e regulamentos em vigor no Distrito Federal. O ato suspenso seria submetido ao Senado Federal, dando-se por escrito as razões. O Senado decidiria se o veto violava ou não a Constituição e as leis federais, assim como as leis e regulamentos da municipalidade.<sup>7</sup> Esta proposição final na Lei ratificou o controle do Senado sobre a Capital Federal.

### **A formação do *Triângulo***

A cidade do Rio de Janeiro era composta por vinte e uma freguesias e, seguindo moldes já estabelecidos desde o Império, nos períodos eleitorais para a disputa para a Câmara dos Deputados – pois para o pleito para Senador eram eleições gerais –, as freguesias se dividiam em três áreas regionais, os Distritos. O Primeiro e o Segundo Distritos eram urbanos e o Terceiro Distrito era rural. O Distrito Rural era a região geográfica correspondente hoje à Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A estrutura político-institucional do Distrito Federal permitiu a formação e a ascensão de grupos políticos locais cariocas, que colocavam seus membros e/ou seus indicados nas instituições de governo do Estado com destaque nas bancadas federais e senatoriais. Entre estes grupos, o que mais se destacou na Capital Federal, no início da República, tinha, como área de atuação, o Terceiro Distrito Eleitoral da Cidade do Rio de Janeiro – a Zona Rural –, e recebeu o nome de *Triângulo*.

O *Triângulo* era um grupo político formado por três lideranças locais das freguesias que compunham a Zona Rural. Essas lideranças exerciam grande influência na região desde o Império, o que se fortaleceu e se consolidou nos anos iniciais da República. Segundo Freire,<sup>8</sup> a princípio o termo estava ligado à figura de Tomás Delfino – relator da comissão responsável pela primeira elaboração do projeto de organização municipal da Capital Federal –, parlamentar que tinha suas bases políticas no Terceiro Distrito. Delfino estabeleceu as estruturas e abriu o campo de atuação política para a formação de maior destaque do grupo, que foi composta por três deputados: Augusto de Vasconcellos (representando a freguesia de Campo Grande), Felipe Cardoso Pires (representando a freguesia de Santa

---

<sup>7</sup> BRAZIL. Lei n. 85, de 20 de setembro de 1892. Estabelece a organização do Distrito Federal. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brazil*, Rio de Janeiro, Capital Federal, 21 set. 1892, cap. III e IV, p. 1-3.

<sup>8</sup> FREIRE. *Uma capital para a República*, op.cit. p.171.

Cruz) e Raul Barroso (representando a freguesia de Guaratiba).

Esta formação do *Triângulo*, de maior destaque, composta por Augusto de Vasconcellos, Felipe Cardoso e Raul Barroso – na qual vou me deter neste artigo –, teve seu auge nas eleições de dezembro de 1896, quando os três foram os deputados federais cariocas mais votados. Entretanto, com a morte de Felipe Cardoso, em 1898, ocorreu a cisão no grupo devido aos desentendimentos entre Augusto de Vasconcellos e Raul Barroso. Com isso, Vasconcellos liderou outra formação de grupo político no Terceiro Distrito, se unindo a Sá Freire, sobrinho de Felipe Cardoso. Nos anos seguintes, junto de Sá Freire, durante os mandatos de Campos Sales e Rodrigues Alves, Vasconcellos se tornou uma importante liderança carioca. E, ao ser eleito para o Senado em 1906, tornou-se o “chefe maior da política na Capital.”

Como indicado anteriormente, a atuação do *Triângulo* destacada neste trabalho se refere à formação composta por Augusto, Raul e Felipe, portanto entre 1896 e 1898, até a morte de Felipe.

Augusto de Vasconcellos foi considerado o chefe desta formação do *Triângulo*, por ser o personagem que teve mais destaque no cenário político, entre os três. Nascido no ano de 1856, carioca, filho de fazendeiros da freguesia de Campo Grande, formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e como tal exerceu o cargo de Delegado de Higiene do Império, onde manteve ligação com o Partido Liberal. Era um republicano não radical – conforme Freire, um “Político dos bastidores”,<sup>9</sup> devido a sua posição equilibrada entre o intervencionismo pretendido pelo poder central e a autonomia defendida pelas políticas locais. Mas atuou principalmente na articulação e arregimentação de lideranças políticas no Distrito Federal. Assim, “Augusto de Vasconcellos expressou como nenhum outro a ambiguidade do campo político carioca na Primeira República.” E foi um “elemento de transição entre a ação intervencionista desfechada pelo poder central e a tese autonomista defendida pelos grupos políticos locais.”<sup>10</sup>

Em 1896, Augusto de Vasconcellos foi o deputado federal mais votado na Capital Federal, com 2.537 votos.<sup>11</sup> Em 1906, Vasconcellos elegeu-se senador com ampla margem: foi o primeiro colocado, com 5.378 votos, tendo o segundo colocado recebido pouco mais de 3.500.<sup>12</sup> No

---

<sup>9</sup> FREIRE. Augusto de Vasconcellos – O Dr. Rapadura, op.cit. p.6-7.

<sup>10</sup> Ibidem, p.7.

<sup>11</sup> **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez.1896. p.1.

<sup>12</sup> **O Paiz**, Rio de Janeiro, 31 jan.1906. p.1.

Conselho Municipal, foi um intendente com atuações destacadas, principalmente no que tange à questão do abastecimento de carne verde<sup>13</sup> na cidade do Rio de Janeiro, apresentando-se como grande defensor da população. José do Patrocínio, líder abolicionista no século XIX, chamava-o jocosamente de “Dr. Rapadura”, termo que fazia alusão às origens rurais de sua família e dos membros de “seu Grupo”, alcunhados de “rapaduras”.

Felipe Cardoso Pires também era médico e no fim do Império foi diretor do Matadouro de Santa Cruz. O cargo de diretor do Matadouro era muito disputado, porque garantia *status* político em virtude dos problemas constantes em relação ao abastecimento. As ações do diretor sobre estes assuntos resultavam em visibilidade pública, principalmente no seu campo de atuação, a Zona Rural, onde estava o Matadouro Municipal. A direção do Matadouro estabelecia uma espécie de força política local, muito porque era o diretor quem nomeava os funcionários do Matadouro. Felipe Cardoso, como era mais conhecido, tomou posse como deputado federal na Terceira Legislatura, no ano de 1897, e faleceu no ano seguinte.

Como Augusto de Vasconcellos e Felipe Cardoso, Raul Barroso também era médico. Foi Diretor de Higiene da municipalidade e, como já foi destacado, cargo político no campo da saúde era um dos principais caminhos para a garantia do fortalecimento de bases políticas locais, pois a preocupação com a saúde e a higiene da população carioca foi de suma importância nas discussões do Conselho Municipal.

O termo *Triângulo* foi uma denominação de caráter pejorativo atribuída ao grupo pela imprensa da época, que tinha como seus principais representantes os jornais *Correio da Manhã* e *Cidade do Rio*. Este último era liderado por José do Patrocínio, e já publicava, no início da República, inúmeros artigos que criticavam as práticas políticas do *Triângulo*, supostamente baseadas na troca de favores clientelísticos. Entre essas “práticas”, que ele próprio denominava de “imorais”, José do Patrocínio denunciou relações ilícitas do grupo com o Matadouro Municipal de Santa Cruz. Para ele, estas “práticas” reforçavam a ideia de que o modelo político-institucional estabelecido na recém República havia desandado.

As críticas da imprensa ao *Triângulo* eram baseadas no fato de seus membros ou de seus indicados garantirem presença no Conselho Municipal, na Câmara dos Deputados e no Senado por meio de práticas eleitoreiras consideradas suspeitas e questionáveis. Os indícios destas supostas práticas

---

<sup>13</sup> A carne verde – ou carne fresca – era derivada majoritariamente de gado bovino, mas também tinha a contribuição de carne de gado suíno e caprino.

fraudulentas estavam na grande participação do eleitorado da região (Terceiro Distrito), que elegia seus representantes em primeiro turno, enquanto nos outros distritos sempre havia segundo turno para os mesmos cargos.

Era comum, no eleitorado carioca, a baixa participação nos pleitos, como podemos perceber tomando por referência o *Jornal do Brasil* de 21 de abril de 1892, após o pleito senatorial: segundo o periódico, as freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro tiveram entre 10% e 15% do público votante; já no Terceiro Distrito a participação foi superior a 50%. Essa discrepância pode ser agravada se levarmos em conta a afirmação de Freire: “as freguesias rurais, pequenas em população e eleitorado quando comparadas às urbanas, passavam a possuir peso considerável e inteiramente desproporcional nas eleições majoritárias gerais.”<sup>14</sup>

Além da discrepância na participação do eleitorado, havia também diferenças significativas na porcentagem de votos recebidos pelos candidatos do *Triângulo* ou apoiados por eles. Os candidatos do grupo foram, na última década do século XIX, sempre os mais votados nos pleitos municipais e federais na Capital Federal. Em algumas ocasiões, os candidatos apoiados pelo *Triângulo* recebiam quase que a totalidade dos votos possíveis da região rural. Esta confirmação é do *Jornal do Commercio* de 14 de maio de 1896, após a primeira vitória de Tomás Delfino – candidato apoiado pelo *Triângulo* – para o Senado. De acordo com o jornal, os números nas três freguesias do Terceiro Distrito foram os seguintes: em Santa Cruz, Tomás Delfino recebeu 360 votos, ao passo que seu opositor, Raul Pestana, recebeu somente 9; em Campo Grande, Tomás Delfino recebeu 448 votos e Raul Pestana, somente 5; em Guaratiba, a situação foi mais gritante – Tomás Delfino recebeu 447 votos e Raul Pestana não recebeu um voto sequer. O resultado do pleito concluiu que Tomás Delfino se elegeu em primeiro lugar com 3.497 votos e Rangel Pestana, o segundo colocado, ficou com apenas 831.<sup>15</sup>

Os resultados das urnas só reafirmavam a desconfiança quanto às fraudes eleitorais. Entretanto, as acusações da imprensa não conseguiram ir além de suposições, quase que de caráter opositor, sem poder probatório real que pudesse prejudicar ou impedir os trabalhos do *Triângulo*. O único fato que se pode realmente afirmar é que o *Triângulo* definiu, na maioria das vezes, o resultado eleitoral na Capital, se mostrando como grande parte da

---

<sup>14</sup> FREIRE. **Uma capital para a República**, op.cit. p. 171.

<sup>15</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 maio 1896. p.1

força local do Partido Republicano Federal - PRF<sup>16</sup>, na última década do século XIX.

Segundo Américo Freire,<sup>17</sup> o fator que agravava a tese do clientelismo advogada pelos jornais da época era o isolamento geográfico destas freguesias, que permitia que estas figuras políticas também funcionassem como mediadoras entre a ação do Estado – os serviços públicos – e a população. A ação do *Triângulo* era bem mais que um mero “jogo político local de troca de favores, era um núcleo estratégico na composição das instituições políticas cariocas”.<sup>18</sup>

### A questão do abastecimento no Brasil

A questão do abastecimento alimentício interno no Brasil e, bem mais especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, teve seu início com o próprio período colonial brasileiro, passou por todo o Governo Imperial e se estendeu até o início da República.<sup>19</sup> Esta questão não foi resolvida imediatamente pelo regime republicano e é fácil supor a razão. Se a recém criada República não tinha nem ao menos um programa político de governo definido, conforme Lessa destacou<sup>20</sup>, muito menos teria um completo e exclusivo planejamento alimentar para o abastecimento interno.

Para Renato Lessa, em *A invenção republicana*, o golpe republicano era totalmente vazio de programa, de unidade e de participação popular. A opção pela República era o que se tinha de melhor, naquele momento, para substituir o Império. Foi nesse movimento impreciso que se proclamou a República e, com o novo regime, era necessário que se implantasse uma nova ordem política. De acordo com Lessa, o presidente Campos Sales foi o primeiro organizador da ordem política republicana. Contudo, o período que iniciou com o golpe republicano, em 1889, até 1894, quando da posse de Campos Sales, foi denominado *anos entrópicos* pelo próprio Lessa, isto é,

---

<sup>16</sup> Em 1893, sob a liderança do Partido Republicano Paulista - PRP, foi organizado o Partido Republicano Federal - PRF, destinado a coordenar no Congresso a ação dos vários partidos republicanos regionais. Em 1896, após uma crise parlamentar, o PRF foi dissolvido.

<sup>17</sup> FREIRE, **Uma capital para a República**, op.cit. p. 176.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão [1530-1918]. Brasília. BINAGRI, 1979.

<sup>20</sup> LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Editora Vértice, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

um momento de indefinição e de formação das elites políticas republicanas e do ajustamento das práticas do regime republicano.

O problema do abastecimento se arrastava desde o século XVII e não poderia ser solucionado tão simples e rapidamente, até porque, acima de tudo, esta situação não era vista como um grande problema econômico, já que nossa economia ainda estava ligada a uma lógica colonial de produção alimentar interna para a venda no mercado externo.<sup>21</sup> A produção voltada para o mercado externo era sempre vista como mais lucrativa e mais atrativa, em todos os sentidos.

O abastecimento alimentício brasileiro ainda encontrava dificuldades na comunicação entre os locais fornecedores de alimentos que se concentravam no interior – majoritariamente de Minas Gerais e Goiás – e os locais recebedores – os centros urbanos litorâneos e portos. Os caminhos encontravam muitos obstáculos, porque as longas distâncias eram feitas em escassas e mal conservadas estradas, que consequentemente agravavam o já penoso transporte dos animais, além da rara oferta de mão de obra para fazer este transporte.<sup>22</sup>

Não obstante estas dificuldades, ainda existiam outras barreiras, como leis estruturalmente coloniais que, conforme explicitou Linhares, constituíam uma legislação “de caráter restritivo, que afetava, sobretudo, os comerciantes”.<sup>23</sup> A ação dos comerciantes e dos marchantes e o conhecido sistema de monopólio serão explicitados a seguir.

A mudança da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, transformando a então sede da Colônia em “Corte”, poderia dar sinais de resoluções favoráveis a estes problemas referidos ao abastecimento. Entretanto, a cidade do Rio de Janeiro viu suas dificuldades de abastecimento interno – de acordo com a afirmação de Linhares – *agravadas*, ou seja, a Família Real aumentou o contingente populacional a ser abastecido pela pouca oferta existente, sem trazer de imediato uma solução para o problema.<sup>24</sup>

Superar o problema agravado com este aumento na população consumidora iria exigir, do governo e dos comerciantes, uma bem articulada e organizada política comercial, porque envolveria grandes custos financeiros, principalmente da parte dos comerciantes. É neste ponto que a

---

<sup>21</sup> LINHARES. **História do abastecimento**, op.cit.

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem.

situação enfrentou barreiras, porque a maioria dos empreendimentos ligados ao abastecimento era de cunho familiar – sobretudo no Sul de Minas Gerais – e, devido a esse fator, não teriam fundos suficientes para arcar com tais custos por um longo período.

A medida emergencial tomada pelo novo governo, a fim de aliviar a escassez de alimentos para a Corte, foi a *política de doações*, que consistia na doação de bois, porcos e carneiros pelos produtores para a Família Real. Estas doações eram recolhidas na Fazenda de Santa Cruz, na região do Terceiro Distrito, no Rio de Janeiro. Em seguida, houve, por parte do governo, as primeiras tentativas de melhoria nos caminhos já existentes e também o estudo para a abertura de novos. Outras medidas foram a construção de trapiches e armazéns e a arrematação de condutores e tropeiros.<sup>25</sup>

Ao longo do século XIX, o governo imperial realizaria outras ações com a finalidade de facilitar as vendas de gado, que conseqüentemente aliviariam o problema do abastecimento de carne na cidade. Foram estabelecidas feiras e mercados livres em dias e lugares pré-determinados, para concentrarem vendedores e consumidores. Estas feiras francas tinham regulamentos próprios e seguiam as medidas de higiene e saúde pública. Para facilitar o transporte e o comércio, determinava-se a

[...] isenção de impostos e direitos nas transações realizadas; [...] o privilégio de não serem presos, no recinto da feira ou no trajeto de ida e volta dos lugares que saírem, feirantes, compradores e vendedores; isenção de licenças e de embargos sobre bens e mercadorias [...].<sup>26</sup>

O firme propósito dessas medidas, segundo Linhares, era não atrapalhar o comércio de um gênero alimentício de tão grande importância para a dieta alimentar da população: a carne verde. Houve, posteriormente, com a finalidade de desenvolver as políticas de abastecimento, medidas prescritas pelo Senado da Câmara do Império, para regulamentar a distribuição de locais para lojas, casas de pasto, de bebidas e habitações.

---

<sup>25</sup> LINHARES. **História do abastecimento**, op.cit.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.162.

## **A carne verde**

A carne verde era considerada pela população brasileira, e aí se incluía a população da Capital Federal, um gênero alimentício de primeira necessidade, muito mais do que qualquer outro. Era parte integrante e insubstituível da cesta básica das famílias brasileiras, e por isso não poderia de forma alguma haver aumento exagerado no preço, diminuição no oferecimento ou muito menos escassez. Entretanto, durante toda a história do abastecimento no Brasil, sempre houve reclamações quanto à baixa qualidade no oferecimento, à escassez e ao preço da carne verde. E estas reclamações também permaneceram “na República, sem quebra de ritmo”. Com toda a certeza, “nenhum outro gênero [...] provocou mais celeuma na opinião e descontentamento entre as populações consumidoras” na história brasileira.<sup>27</sup>

A carne verde enfrentava os mesmos problemas em relação ao transporte que os outros gêneros alimentícios da dieta básica do brasileiro, mas o que agravava a situação era a importância que a população dava ao produto. Portanto, os primeiros centros fornecedores de carne verde à cidade do Rio de Janeiro eram basicamente os mesmos que forneciam os outros produtos alimentícios, localizados no interior – Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso –, sempre distantes dos centros urbanos consumidores. Essa dependência dos produtos vindos do interior era fortalecida pela precária e insuficiente produção dos fornecedores mais próximos.

Não obstante tudo isso, o problema do abastecimento da carne verde tinha mais um agravante, que favorecia ainda mais o encarecimento do preço final do produto: a cadeia de transações e atravessadores que envolvia o gado em pé (gado vivo). Conforme Linhares,

A cadeia de transações começa muitas vezes em Mato Grosso ou Goiás, passando pelos criadores do centro de Minas, chegando aos comerciantes ou diretamente aos internistas. Entre uns e outros, situavam-se os boiadeiros e, antes de ter ao consumidor, o gado chegava ao mercado de Santa Cruz, onde caía “nas malhas apertadas do monopólio dos marchantes, que só lhe concedem vantagens quando escasseia o gado no mercado. Mas então pagam não só o consumidor, mas também os que não se alimentam de carne verde,

---

<sup>27</sup> LINHARES. *História do abastecimento*, op.cit., p.192.

porque a elevação dos preços desta [...] é seguida do mesmo movimento em quase todos os gêneros alimentícios”.<sup>28</sup>

Os marchantes eram personagens indispensáveis no abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro. Eram os principais negociantes de gado na cidade, fazendo a travessia do gado em pé do interior do Brasil até o litoral. Segundo Linhares, formavam grupos entre oito e dez indivíduos. Estes homens chegaram a ser considerados pelos intendentess<sup>29</sup> como insensíveis, porque vendiam o gado a preços altíssimos, mesmo obtendo-o por valores módicos. Eles alegavam que iam longe buscar o gado, passando por longos e maus caminhos até chegar à cidade. Entretanto, o Poder Legislativo carioca afirmava que os marchantes obtinham fabulosos lucros com essa prática, podendo ser considerada *monopólio*, ainda mais com as indicações de conluio com os açougueiros.

Desde o Império, os marchantes eram considerados malévolos. Em um relatório do ano de 1869, da Câmara Municipal da Corte, afirmou-se a relação e a formação de conluio entre marchantes e açougueiros:

[...] pelo importante comércio de carnes verdes, eis quais e quantos são os açougueiros. Sabe-se, ainda, que há casos em que o açougueiro é também marchante; o marchante é também invernista, e este é ao mesmo tempo criador; mas isso é muito raro [...].<sup>30</sup>

No Conselho Municipal da Capital Federal, as ações dos marchantes eram vistas como monopólio e os intendentess queriam tornar estas práticas crime de lesa-humanidade. A definição dos marchantes, na visão do Conselho, pode ser resumida nas palavras do intendente Alfredo Barcelos, em 1894:

[...] conluio, sindicatos exploradores sem compaixão, atiram-se muitas vezes aos campos de Minas, vão cercar as boiadas, comprá-las por uma bagatela aos criadores, para virem auferir lucros fabulosos aqui e

---

<sup>28</sup> LINHARES. *História do abastecimento*, op.cit.

<sup>29</sup> *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal, 3ª Sessão ordinária de 10 set. 1894*. v.II. p.35. Acervo impresso disponível na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)

<sup>30</sup> LINHARES. *História do abastecimento*, op.cit.

para tal fim dá-se um monopólio desta ordem.<sup>31</sup>

Podemos perceber que várias medidas foram tomadas pelo poder público a fim de amenizar e enfraquecer os efeitos “maléficos” da ação de todos esses personagens envolvidos no processo das transações do comércio da carne verde. Em sua maioria, se direcionavam na intenção de liberar todo o desenvolvimento deste comércio, desde a saída do gado em pé do interior do país até a venda dos cortes aos açougues para serem vendidos pelo consumidor final, passando pelo momento da matança nos matadouros. Porém, a posição dos governantes diante desta situação não era unânime, pois alguns eram favoráveis à liberação do comércio, enquanto outros eram defensores do controle pelo poder público.

## **O Matadouro de Santa Cruz**

Uma importante ação política com intenção de melhorar o abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro foi o projeto de criação de um novo Matadouro na região de Santa Cruz, que foi proposto pela primeira vez pela Câmara Municipal da Corte.

Em agosto de 1853 havia sido inaugurado o Matadouro da cidade, localizado no bairro de São Cristóvão, para substituir o antigo Matadouro de Santa Luzia, o qual apresentava condições de higiene e funcionamento insatisfatórias.

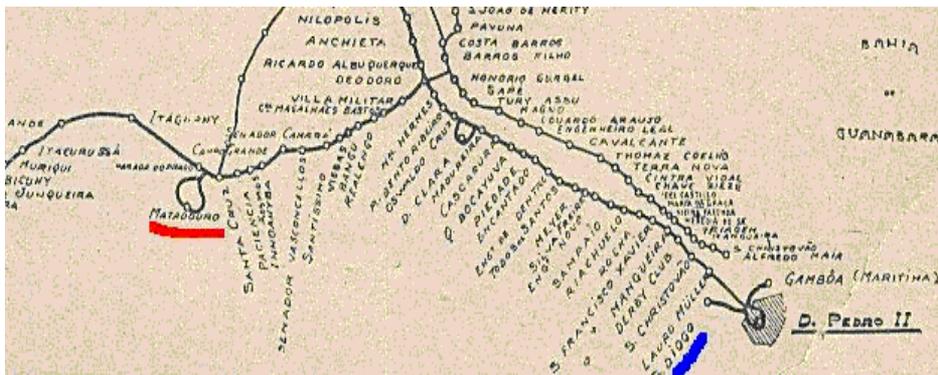
No ano de 1858 foi inaugurado o primeiro trecho – ligando a cidade do Rio de Janeiro a Japeri – da primeira linha férrea da cidade, o ramal *Linha-Centro*. E, entre as estações, estava a de São Cristóvão, a qual passou a integrar o transporte da carne verde, pois os cortes feitos no Matadouro em São Cristóvão eram transportados pela linha férrea até a Estação de São Diogo. A Estação de São Diogo – que também foi inaugurada em 1858 – tinha um ramal específico, com pouco mais de 1 km, e ficava somente a 300 metros da estação terminal Dom Pedro II. Sua criação não se destinou ao transporte de passageiros, e sim visou a atender o complexo das oficinas da Central do Brasil (função que desenvolve até os dias atuais) e também fazer o descarregamento para o Mercado de São Diogo, que se localizava ao lado desta estação. O Mercado de São Diogo funcionava como um entreposto –

---

<sup>31</sup> **Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal, 3ª sessão ordinária de 10 set. 1894.** v.II. p.35. Acervo impresso disponível na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

era ali que os açougueiros tinham acesso à carne verde para a revenda ao consumidor final.

Construir um Matadouro em Santa Cruz era ideia há muito pensada pelas autoridades competentes e as discussões em torno de sua construção se intensificaram na Câmara Municipal do Império. A conclusão a que se chegou foi a de estabelecer o Município como o responsável pela construção, através da abertura de concorrência pública, e pela sua administração. Assim, em 30 de dezembro do ano de 1881 foi inaugurado o Matadouro Municipal de Santa Cruz, que substituiu o Matadouro de São Cristóvão. Poucos anos mais tarde, em janeiro de 1884, foi construída a estação de trem do Matadouro, ao lado do prédio municipal. Esta estação pertencia a um ramal que servia exclusivamente a ela – o ramal Matadouro – e que partia da estação de Santa Cruz, pertencente ao ramal de Mangaratiba (atual ramal de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro). O ramal Matadouro era circular, pois a linha fazia uma curva em volta do prédio do Matadouro, ao lado da estação, sendo que a distância entre estas duas estações era somente de 1,7 km. Por esta razão, a princípio, limitou-se apenas ao transporte das carnes verdes e do gado de corte. Atualmente, o ramal e a estação do Matadouro encontram-se desativados.



Mapa da Linha do Centro e da Linha Auxiliar, da EFCB, em 1928.

Fonte: <[www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_rj\\_linha\\_centro/mapa\\_linhacentro\\_rj.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/mapa_linhacentro_rj.htm)>. Acesso em 01 out. 2008. Destaque em vermelho e azul e redução do mapa original feitos pela autora do artigo.

Assim que o Matadouro foi inaugurado – ainda sob o governo imperial –, o mal-estar que a ação dos monopólios no abastecimento de carne verde provocava na região do centro da cidade do Rio de Janeiro

chegou a Santa Cruz. Somaram-se a isso as críticas que comumente acompanhavam esta questão, e que foram reforçadas: por exemplo, a distância do Matadouro de Santa Cruz ao Centro da cidade – que era de 55km –, distância esta que dava a impressão de se ampliar durante os períodos de temperatura alta; as condições desfavoráveis de higiene que, segundo Linhares, ainda culminavam em epidemias típicas que dizimavam a população local.<sup>32</sup>

Na tentativa de neutralizar a ação dos monopólios, a Municipalidade, através da Câmara Municipal da Corte, em 1869, providenciou a criação de oficinas municipais, onde seriam preparados os miúdos das reses abatidas e vendidas a um preço razoável. Mas, em nome da livre concorrência, também foi permitida a criação destas oficinas a particulares, desde que estivessem “fora do recinto do matadouro” e que respeitassem todas as prescrições de higiene e inspeção sanitárias oficiais. Contudo, esta determinação não amenizava totalmente os efeitos da ação dos monopólios, porque ainda havia a outra extremidade desse processo de abastecimento: os açougueiros, que, quando não conspiravam com os marchantes, sofriam nas mãos destes. Para se antecipar à possibilidade de ação dos marchantes e/ou açougueiros, a Câmara Municipal determinou, no mesmo ano, a criação de açougues municipais, os quais seriam arrendados ou alugados a particulares mediante o cumprimento de respectivo regulamento.

### **As relações entre o Matadouro e o *Triângulo***

A localização do Matadouro Público do Rio de Janeiro na Zona Rural teve grande influência do *Triângulo* e também serviu como palco de suas ações no jogo político. A preocupação com o abastecimento alimentício na cidade, sobretudo o da carne verde, também alcançou a política local, principalmente após a presença do Matadouro Público no Terceiro Distrito.

O Matadouro Público de Santa Cruz se tornou a principal instituição municipal na região. E, como a sua administração era de competência da Municipalidade, o *Triângulo*, que já era o mais importante canal de mediação entre o Governo e a população local, teve esta relação reforçada. A administração do Matadouro passou a ser dominada pelo *Triângulo*, tendo como um de seus principais diretores Felipe Cardoso Pires.

---

<sup>32</sup> LINHARES. **História do abastecimento**, op.cit.

Liderar a administração da mais importante instância municipal localizada na zona rural carioca era obter um cargo de influência política. O diretor do Matadouro Público Municipal de Santa Cruz era quem nomeava os funcionários e sua assinatura era altamente valiosa e poderosa. Abastecer o Matadouro de Santa Cruz não dependia somente de estratégias econômicas de negócios, mas também, e principalmente, de articulações políticas.

Já para a imprensa da época, o Matadouro era o principal mecanismo do *Triângulo* para as suas ações clientelísticas. E suas ações no Conselho Municipal se dirigiam para a questão da carne verde, como veremos a seguir, em relação a um projeto apresentado pelo *Triângulo*, no qual demonstravam a intenção de receber melhorias de infraestrutura no Terceiro Distrito usando como motivador o Matadouro. Neste caso específico, tencionava-se levar o gado em pé à região pelo litoral, e não pela linha férrea.

15ª Sessão ordinária do Conselho Municipal, 23 de dezembro de 1892. O intendente, Dr. Augusto de Vasconcellos, dirigiu as seguintes palavras ao Presidente da Sessão, referindo-se a um projeto apresentado por ele em conjunto com Felipe Cardoso, para a região de Sepetiba e Itacuruçá, região portuária do Terceiro Distrito:

Um dos projetos que apresentei não foi apoiado pela casa. Acredito ter assim sucedido porque não me fiz bem entender na redação do mesmo projeto, que não foi por mim justificado, o que vou fazer agora. Trata-se da construção de uma ponte em Sepetiba, a qual servirá, sobretudo, para o desembarque do gado. Os dois portos que melhor se prestam a este fim são o de Sepetiba e o de Itacuruçá. Compreende, porém, a casa que ao Distrito Federal é de muita vantagem que seja construída a ponte no porto de Sepetiba. Entretanto, o porto de Sepetiba talvez se não preste por não ter fundo. Isto, porém, só se pode verificar depois de estudos e o que eu pedia no meu projeto era a autorização para se mandar proceder a esses estudos, do que verificando que àquele porto pudessem atracar vapores, ele não terá importância somente para desembarque de gado, mas também de imigrantes que são internados sem passarem por esta cidade, questão há muito tempo agitada. Eu vou, pois, oferecer novo projeto neste sentido e espero que a casa o tomará na

consideração que o assunto merece.<sup>33</sup>

Os portos de Sepetiba e de Itacuruçá, localizados na região rural da Cidade do Rio de Janeiro, eram os mais próximos ao Matadouro de Santa Cruz e facilitavam o acesso do gado em pé pelo litoral. Nesta proposição de Augusto de Vasconcelos percebe-se a preocupação dos intendentes que compunham o *Triângulo* com o Terceiro Distrito. Como já foi citado anteriormente, o *Triângulo* se apropriava de questões referentes ao Matadouro e ao abastecimento de carne para reivindicar, no Conselho, melhorias para a região que representavam. A construção da referida ponte no porto de Sepetiba traria obras de melhoramento para a região, principalmente os estudos para o aprofundamento que permitiria a atracação dos vapores.

Examinando as discussões nos anais do Conselho Municipal ainda pode-se interpretar que esta atenção à população do Distrito Federal era dos intendentes em geral. Isso se devia à preocupação com a formação de uma boa imagem do Conselho ante à população, principalmente por causa das atitudes equivocadas – conforme estes próprios intendentes – do Conselho anterior, o Provisório. Era uma espécie de prestação de contas para aqueles que os elegeram.

A preocupação com o povo se caracterizava na tentativa de garantir o consumo diário, principalmente pelos menos favorecidos, de carne verde, considerado “gênero de primeira necessidade”. Toda discussão no Conselho sobre o assunto tinha por finalidade estender o acesso e o consumo da carne verde a toda população carioca. Como o exemplo a seguir:

De todas as questões que interessam ao Distrito Federal e das questões das quais teremos de ocupar-nos, nenhuma impõe tanto o nosso estudo como a que se refere à alimentação pública.

[...] Ainda agora nós acabamos de observar o imenso sacrifício que fez o cofre municipal para o suprimento de carne a esta capital, sendo certo que nenhum proveito colheu a população, que compensasse tamanho sacrifício.

[...] Em geral, tem-se atribuído ao monopólio a causa

---

<sup>33</sup> **Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal**, 15ª Sessão ordinária de 23 dez. 1892. v. I p.66-67. Acervo impresso disponível na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

do aumento do preço da carne, e creio que foi com vistas a impedir o monopólio que a passada Intendência tratou de entrar no comércio do gado, a fim de abastecer o mercado por preço mais conveniente.

[...] entretanto, parece-me que a causa principal da elevação do preço da carne não é essa, mas sim a falta real do gado, a diminuição da produção.<sup>34</sup>

As dificuldades encontradas no abastecimento diário de carne verde para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, no início da República, vinham se arrastando desde o Império, e eram expressas nos periódicos da época como *carestia*. Era a palavra de ordem.

Os jornais eram os principais meios de exposição da indignação dos habitantes da cidade quando havia carestia e escassez de carne verde, como se pode verificar no desabafo não assinado, em plena segunda-feira, 19 de dezembro de 1892, na primeira página de *O Paíz*, intitulado *A Carne Verde*:

Não se pode dizer que ela, a carne verde, anda pela hora da morte, porque agora a questão já não é o preço. O público pagou-a sempre por quanto lhe exigiram, defraudando-lhe a bolsa, levando-o a miséria; pagou *em silêncio*, não fugiu nem mugiu, antes deu graças aos deuses municipais porque de todo não o deixou morrer à fome. Mas agora a questão é outra: já não há dinheiro que pague o fornecimento de carne verde à população, porque esse *gênero de primeira necessidade* não existe ou não querem que ele exista, o que é mais certo. E foi isso o que viu ontem toda ou quase toda população do Rio de Janeiro. *Não houve carne na Cidade*; a maior parte dos açougues mantiveram-se fechados e poucos que foram abertos o fizeram para expor ao consumo um pouco de carneiro ou de porco, vendido quase que por esmola, pelo preço que a ganância aconselhou. E tudo passou-se sem que a Intendência Municipal, por caridade ao menos, para poupar uma surpresa dolorosa, às classes pobres principalmente, mandasse um aviso à

---

<sup>34</sup> Fala do intendente Augusto de Vasconcellos. In: **Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal**, 6ª Sessão ordinária de 12 dez. 1892. v.I. p.23. Acervo impresso disponível na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

imprensa do que quer que ocorria sobre a insuficiência da matança. Desgraçado paiz este!

O Conselho Municipal era a instituição política pública mais preocupada com a carestia e escassez da carne verde na cidade. Sobre o episódio narrado em *O Paíz*, Augusto de Vasconcellos se apresentou assim na sessão do mesmo dia em que foi publicado o periódico:

Li em um dos diários de hoje que a população desta Cidade ficou, ontem, sem carne, visto como não houve a venda nos açougues.

A esta Intendência não pode ser indiferente este fato, porque, *assumindo estas cadeiras, parece que cada um de nós tomou o compromisso de promover o bem público* e não pode haver bem-estar público com alimentação deficiente, como seja a falta de carne. (grifos meus)<sup>35</sup>

Outra ação do próprio Vasconcellos, que também representava essa preocupação com o consumo da carne pela população, foi durante a 15ª Sessão, em 23 de dezembro de 1892, diante do projeto de lei dos intendentos Carlos Rego e Pinheiro Freire, sobre o estabelecimento da plena liberdade de matança de gado no Matadouro de Santa Cruz: “O nosso colega Carlos Rego apresentou ontem um projeto a respeito de carnes verdes, requeiro à Casa urgência para que ele entre em Primeira Discussão.” Na ocasião, o Presidente da Sessão respondeu: “Não posso aceitar o requerimento porque o projeto ainda não teve parecer da comissão.” E Augusto de Vasconcellos insistiu:

Sr. Presidente, sendo incontestavelmente a questão das carnes verdes a que na atualidade mais preocupa o Conselho Municipal, vou mandar à mesa alguns projetos, que estão mais ou menos de acordo com a mensagem que nos dirigiu o Prefeito e que acaba de ser lida.<sup>36</sup> Todos estes projetos são tendentes a concorrer

---

<sup>35</sup> **Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal**, 11ª sessão ordinária de 19 dez. 1892. v.I. p.43. Acervo impresso disponível na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

<sup>36</sup> Mensagem do Prefeito Dr. Cândido Barata Ribeiro, na qual propunha a construção de novos matadouros. In: **Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal**, 15ª Sessão ordinária de 23 dez. 1892. v.I. p.65-66. Acervo impresso disponível na Biblioteca da

para a resolução da questão do abastecimento de carnes verdes.

Ao término desta mesma Sessão, o Presidente concluiu:

Não havendo mais nada a tratar vou dar para ordem do dia de amanhã o parecer da Comissão de Higiene, o projeto sobre matança livre e, se houver tempo, o projeto de Carlos Rego sobre carnes verdes. Este assunto é de grande importância e convém ser resolvido com urgência.

Augusto de Vasconcellos emendou o Presidente:

Todos reconhecem que a questão de carnes verdes é importantíssima; entretanto vão se passando os dias sem nada resolvermos; porque ora falta impressão,<sup>37</sup> ora falta um parecer. Eu entendo que precisamos resolver esta questão, com ou sem formalidades.

Entretanto, Raul Barroso replicou: “Sem formalidades não.” E Augusto de Vasconcellos continuou:

Passam-se os dias e os cofres municipais estão carregando com uma despesa de cerca de 30:000\$ por dia. Como disse ontem nesta casa o Sr. Presidente e como requeri urgência para que fosse discutido o projeto do Sr. Carlos Rego, para que não pareça que sou sôfrego, julguei conveniente fazer ao Conselho estas considerações.

E, por fim, o Presidente da Sessão tentou concluir a questão:

O Sr. Dr. Augusto de Vasconcelos interpreta muito bem o pensamento da mesa. Tratando-se de uma questão muito urgente, visto como a municipalidade está

---

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

<sup>37</sup> A expressão “impressão” se referia à impressão do projeto para ser levado à discussão na sessão ordinária do Conselho Municipal. No entender de Augusto de Vasconcellos, isso serviria como uma “desculpa” para que os projetos que ele considerava importantes fossem protelados pela presidência da Casa Legislativa.

sofrendo economicamente com a situação, eu peço a todos os membros do Conselho que compareçam amanhã, de modo que haja número e possa entrar logo na ordem dos trabalhos o projeto que estabelece a liberdade da matança.

O Conselho Municipal se sentia na obrigação, com a finalidade de manter sua boa imagem junto à população, de abastecer a cidade para seu consumo diário de carne verde, pois o papel do Conselho era de salvaguardar os interesses da população. Se em alguma instância o monopólio, pela Municipalidade, favorecesse a população, então deveria ser aceite, como indicado na fala do intendente Franklin Dutra:<sup>38</sup>

Desde que o monopólio favoreça a população, principalmente às classes mais desfavorecidas, que são presentemente privadas de carne verde, pela especulação que encarece esse gênero, é caso para não hesitarmos em conceder monopólio [...] mas uma questão desta que afeta de perto a população, entendo que o Conselho deve resolver pelo monopólio. Entre o monopólio dos negociantes de gado e o que pretende fazer a Municipalidade, eu prefiro o desta, porque favorece a população.

\*\*\*

A instituição da Lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, que organizou o Distrito Federal e criou o Conselho Municipal, deveria ter dado mais autonomia e liberdade para a política carioca. Entretanto, as indefinições sobre a política brasileira nos primeiros anos republicanos findaram por provocar o cerceamento político pelo Governo Federal, representado pela Presidência da República (que nomeava o Prefeito) e pelo Senado (que limitava as ações do Executivo carioca).

Os membros do Conselho Municipal formaram grupos políticos na cidade, que fortaleciam suas bases locais e tinham interesse nas reivindicações populares, pois era uma das garantias da vitória destes

---

<sup>38</sup> **Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal**, 3ª Sessão ordinária de 10 set. 1894. v.II. p.35.

políticos nas urnas. Entre estes grupos, o que mereceu destaque neste texto foi o *Triângulo*.

Importante ressaltar a preocupação do Conselho Municipal, por meio da figura dos intendentos (em destaque a ação do *Triângulo*), com a população do Distrito Federal. Acompanhar as discussões dos projetos de lei, os requerimentos, os ofícios, dentre outros documentos que versavam sobre a questão do abastecimento de carne verde da cidade – que era a principal reclamação popular da época – tornou perceptível a enorme influência política que a Zona Rural da cidade do Rio de Janeiro, através da figura do *Triângulo*, teve no interior das casas legislativas, municipal e federal. O *Triângulo* tinha como principal interesse que a população fosse abastecida, sobretudo consumindo a carne verde. O cuidado para que o povo – principalmente os menos favorecidos – consumisse diariamente carne verde, considerado “gênero de primeira necessidade”, se retratava como uma dívida com seu eleitorado, que elegia os integrantes do *Triângulo* com grande proporção. Atender o povo estava acima de todas as coisas, inclusive ir contra com o que acreditavam, como no caso da tentativa de monopolização do abastecimento de carne na cidade pela municipalidade, evitando concorrência.

Todo esse movimento afasta a ideia presente na historiografia de que o clientelismo, significando a prática de troca de favores, fundamentava as relações políticas no final do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, principalmente, nas regiões mais afastadas da Capital da República. Todas as ações dos intendentos aqui apresentadas visaram demonstrar outros interesses presentes na política local.